
OS PRINCÍPIOS QUE FUNDAMENTAM O OFÍCIO DO SÁBIO
SEGUNDO TOMÁS DE AQUINO

THE PRINCIPLES THAT FOUND THE OFFICE OF THE WISE MAN
ACCORDING TO THOMAS AQUINAS

Iago Nicolas de Abreu Soares¹

RESUMO

Nesse presente artigo serão questionados quais os princípios que Tomás de Aquino, frade medieval, utiliza-se no primeiro capítulo da *Suma Contra os Gentios*, onde discute qual a função do sábio. Assim é questionado, visto que, por sua brevidade, pode haver diversas conclusões implícitas e pressupostas no capítulo ou que, se explícitas, não são aprofundadas. O artigo, a partir de outras obras do Aquinate, principalmente a *Suma Teológica* e o *Comentário à Metafísica de Aristóteles*, além da própria obra *Suma Contra os Gentios*, e sem recusar o auxílio de comentadores tomistas, colocará em evidência os princípios que estão implícitos, ou aprofundará os explícitos, no capítulo analisado, reconhecendo, assim, quais são eles, concluindo a profundidade do capítulo, apesar de sua brevidade. Dessa forma, contribui-se para uma visão mais detalhada da noção tomista de sábio, que se insere dentro de uma função contemplativa e pedagógica, a partir de uma visão teleológica do mundo.

Palavras-Chave: Tomás de Aquino. Sábio. Verdade. Bem.

ABSTRACT

In this present article, it will be questioned which principles that Thomas Aquinas, a medieval friar, uses in the first chapter of the *Summa Contra Gentiles*, where it is discussed what is the office of the wise man. It is questioned in this manner, indeed, since, considering the briefness of the chapter, there might be several implicit and presupposed conclusions in it, or, in the case of being explicit conclusions, they lack in depth. The article, based on other works from Aquinas, mainly the *Summa Theologiae* and the *Commentary on the Metaphysics of Aristotle*, or based in the *Suma Contra Gentiles* itself, and without refusing the support from thomist commentators, will put in evidence the implicit principles present on the analysed chapter and will deepen the explicit ones, recognizing in this way which ones are they, and then concluding exposing the profundity of the chapter, despite of its briefness. In this way, there can be a contribution for a more detailed vision of the thomistic notion of the wise

¹ Licenciando em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Monitor bolsista da disciplina de Lógica I (PROGRAD-UECE). Possui interesse em Filosofia Escolástica, com ênfase na ética, epistemologia e metafísica tomistas. E-mail: iagonicolas.soares@gmail.com.

man, which inserts itself inside a contemplative and pedagogical office, as from a teleological view of the world.

Keywords: Thomas Aquinas. Wise man. Truth. Good.

Introdução

A obra *Suma Contra os Gentios* (*Liber de veritate catholicae fidei contra errores infidelium*) de Tomás de Aquino reuniu, segundo Chenu, refutações às posições de diversas vertentes (cf. TORREL, p. 123). Para justificar essa exposição dos erros e suas respectivas refutações, Tomás de Aquino dedica o primeiro capítulo do primeiro livro de sua obra à questão de qual é o ofício do sábio, onde conclui que compete a ele “contemplar sobretudo a verdade do primeiro princípio e discorrer sobre as outras verdades, assim também lhe cabe contestar a falsidade contrária”² (C. G., I, cap. 1). Para defender sua posição, Tomás de Aquino se utilizará, além da autoridade de Aristóteles, de princípios que envolvem sua concepção teleológica da realidade, ou seja, das noções de bem e ordem presentes no mundo, e de sua concepção da verdade como bem do intelecto. Será o nosso objetivo expor cada passo utilizado na sua argumentação e os princípios que a fundamentam. Qual é o ofício do sábio, *quod sit officium sapientes*, é, portanto, não só o objeto desse capítulo da *Suma Contra os Gentios*, mas também o objeto do presente artigo, enquanto expõe e esclarece os princípios que fundamentam a resposta tomista sobre a questão, bem como revelando aquilo que está implícito no corpo do texto, mas que pode ser encontrado em outros escritos do Doutor, inclusive outros capítulos da obra *Contra Gentiles*, ou a partir dos comentadores da escola tomista.

Para a exposição dos já citados princípios, neste artigo utilizaremos a divisão das conclusões de Tomás de Aquino feita por Francisco Silvestre de Ferrara, autor que viveu entre os séculos XV e XVI, também chamado em latim de *Ferrariensis*, em sua obra *Commentaria in libros quatuor contra gentiles S. Thomae de Aquino*. Segundo o *Ferrariensis*³, a *Suma Contra os Gentios* inicia com uma introdução no qual

² *Sapientis est veritatem praecipue de primo principio meditari et aliis disserere, ita eius est falsitatem contrariam impugnare* (C. G., I, cap. 1).

³ *Commentaria in libros quatuor Contra gentiles S. Thomae de Aquino*, 1. I, cap. I, tradução nossa.

há nove capítulos, dos quais podemos dividir em três partes, onde na primeira, que compreende o primeiro e o segundo capítulo, o autor irá expor o seu propósito com a presente obra. No primeiro capítulo, Tomás, antes de tudo, quer esclarecer qual o ofício do sábio e, no segundo, o que intenciona com o livro. Quanto ao primeiro capítulo, objeto de nosso artigo, Francisco de Ferrara identifica que nele há cinco conclusões, “*quantum igitur ad primum, quinque ponit conclusiones*”: Ao sábio pertence considerar o fim (*ad sapientem pertinet considerare finem*); ao sábio simplesmente pertence considerar o fim do universo (*ad sapientem simpliciter, pertinet considerare finem universi*); à sabedoria simplesmente pertence deter-se principalmente acerca da consideração da verdade (*ad sapientiam simpliciter, pertinet circa considerationem veritatis principaliter insistere*); à sabedoria pertence considerar a verdade primeira (*ad sapientiam pertinet considerare primam veritatem*); e, por fim, à sabedoria pertence combater a falsidade contrária à verdade do primeiro princípio (*ad sapientiam pertinet, falsitatem contrariam veritati de primo principio impugnare*).

Seguindo, portanto, o caminho já iluminado por Silvestre de Ferrara, explicaremos cada conclusão e por quais argumentos Tomás de Aquino chega nelas. Obtendo, assim, o que o Doutor considera por sábio e qual o seu ofício.

Ao sábio pertence considerar o fim

Tomás de Aquino pretende, de início, demonstrar como os sábios devem considerar o fim (primeira conclusão); para isso, ele partirá do que se geralmente compreende por sábio, e entre as compreensões do que um sábio deve ser, admite, com Aristóteles, que ser aquele que ordena é algo próprio do sábio. Ora, é preciso que aqueles que ordenam para um fim, regulem sua direção segundo este mesmo fim, pois “cada coisa estará otimamente disposta quando se ordenar convenientemente ao fim” (C. G., I, cap. 1). Então, é necessário que aquele que é denominado sábio considere o fim, pois sem essa consideração, não poderá ordenar bem e retamente as coisas. Esta argumentação é muito bem sintetizada pela demonstração escrita pelo *Ferrariensis* baseando-se em Tomás de Aquino⁴.

⁴ “*Sapientes dicuntur qui res recte ordinant, et eas bene gubernant: sed omnium ordinandorum ad finem gubernationis et ordinis regulam, ex fine sumi necesse est; ergo sapientis est considerare finem*” (Commentaria in libros quatuor Contra gentiles S. Thomae de Aquino, 1. I, cap. I).

Partamos para a argumentação do Aquinate. A primeira premissa adotada por Tomás de Aquino é retirada do segundo livro dos *Tópicos* de Aristóteles, o Filósofo⁵: “Segundo o Filósofo, deve-se seguir o uso comum quando se trata de nomear as coisas” (C. G., I, cap. 1). Aristóteles, nesse ponto do *Tópicos*, trata de dois erros que podem surgir dos problemas: “São eles de duas espécies: ou nos enganamos ou transgredimos a terminologia tradicional. [...] quem denomina os sujeitos pelos nomes de outros (chamando, por exemplo, plátano a um homem) transgride a denominação aceita na terminologia comum” (Tóp. II, 1, 109a). Se não adotarmos o sentido comum das palavras na argumentação, os discursos tornam-se ininteligíveis, pois ao dizer algo, a outra pessoa entende de forma totalmente equívoca. Logo, é preciso adotar o uso comum das palavras. Aristóteles, seguindo esse princípio em sua *Metafísica*, considera qual seria o sentido comum de sábio: “Ora, dado que buscamos justamente essa ciência, deveremos examinar de que causas e de que princípios é ciência a sapiência. E talvez isso se torne claro se considerarmos as concepções que temos do sábio” (Met. I, 2, 982a). Entre os sentidos apresentados, ele vai afirmar que:

Consideramos, em primeiro lugar, que o sábio conheça todas as coisas, enquanto isso é possível, mas não que ele tenha ciência de cada coisa individualmente considera [...]. Mais ainda, reputamos que, em cada ciência, seja mais sábio quem possui maior conhecimento das causas e quem é capaz de ensiná-las aos outros. (Met. I, 2, 982a).

Esse entendimento do sábio como conhecedor de todas as coisas universalmente consideradas e que é capaz de ensiná-las é o fundamento de seu papel como ordenador, como nos diz o Estagirista: “E consideramos que seja em maior grau de sapiência a ciência que é hierarquicamente superior com relação à que é subordinada. De fato, o sábio não deve ser comandado mas comandar, nem deve obedecer a outros, mas a ele deve obedecer quem é menos sábio” (Met. I, 2, 982a)⁶. Esse sentido é repetido por Tomás de Aquino, destacando que o sábio ordena bem as coisas: “chamem-se, pois, sábios os que ordenam retamente as coisas e as governam bem. Daí que, entre outras coisas, que os homens concebem do sábio, o Filósofo afirma que é próprio do sábio o ordenar” (C. G., I, cap. 1).

⁵ Título dado pelos escolásticos a Aristóteles.

⁶ “*Non enim ordinari, sed sapientem ordinare oportet; neque hunc ab altero, sed ab hoc minus sapientem suaderi*”. Versão latina de Guilherme de Moerbeke, tradutor do século XIII.

Comentando esse trecho da *Metafísica* de Aristóteles, mostrará o Aquinate como o Estagirista demonstra que é próprio do sábio ordenar:

E prova, duplamente, que mais convém a noção de sabedoria às ciências que ordenam do que as subalternas. Primeiro, porque as ciências subalternas são ordenadas pelas superiores. Segundo, porque as subalternas orientam-se ao fim da arte superior, como a arte da equitação ao fim militar. Ora, conforme a opinião de todos não convém ao sábio ser ordenado por outro, mas antes lhes ordenar. Assim, os arquitetos inferiores são orientados pelos superiores, enquanto creem nestes acerca do que se deve operar e fazer. O construtor do navio crê no capitão do navio que lhe ensina como deve ser a forma do navio. Logo, não convém ao sábio ser persuadido por outro, mas que ele mesmo persuade os outros com a sua ciência. (In I *Metaph.*, lect.III, n. 7).

Em seu *Comentário à Ética a Nicômaco* de Aristóteles, o frade dominicano mostra de que maneira se dá o ordenamento do sábio. Inicialmente afirma que é papel do sábio o ordenar:

Tal como diz o Filósofo no princípio da *Metafísica*, é próprio do sábio ordenar. O motivo é que a sabedoria é a mais elevada perfeição da razão, cuja finalidade é conhecer a ordem. De fato, ainda que as potências sensitivas conheçam algumas realidades de modo absoluto, conhecer, porém, a ordem de uma coisa em relação à outra é próprio apenas do intelecto ou da razão (In I *Ethic.*, lect. I, n. 1).

Logo após, nos mostra os sentidos que o verbo “ordenar” pode possuir. Pode compreender a *ordem* em dois sentidos distintos: “Uma é a ordem das partes de algum todo ou de alguma pluralidade das partes entre si, como a das partes de uma casa, que se ordenam umas com as outras; outra, porém, é a ordem das coisas em relação ao fim. E esta ordem é mais importante do que a primeira” (In I *Ethic.*, lect. I, n. 1). Fica, portanto, claro que a ordem envolve a atividade da razão. Através dela as partes são direcionadas convenientemente a um todo comum, dando-se, assim, uma unidade. Todavia, a razão se relaciona com a ordem de quatro modos:

Com efeito, há certa ordem que a razão não faz, mas apenas considera, como é a ordem das coisas naturais. Há outra ordem, porém, que a razão faz no próprio ato ao considerá-lo, por exemplo, quando ordena seus conceitos entre si e os significados dos conceitos, que são as vozes significativas; terceiro, é a ordem que a razão estabelece nas operações da vontade ao considerá-la; quarto, porém é a ordem que a razão faz nas coisas exteriores ao considerá-las, e a razão é a própria causa da ordem das mesmas, como a da arca e a de uma casa (In I *Ethic.*, lect. I, n. 1).

O ser humano, como animal racional, com sua razão contempla o mundo e percebe certa ordem dada pela Causa Primeira; no entanto, a percepção dessa ordem é tanto passiva quanto ativa, visto que essa razão não só percebe, mas sistematiza os conceitos e relações das causas e essências conhecidas, e essa consideração é um tipo de ordem formada pela razão criada. Dessa consideração e ordenação, a razão pode, então, dispor de maneira conveniente as coisas exteriores, e podem ser elas tanto objetos inanimados, como uma casa, como uma pessoa a quem lhe cabe a instrução ou comando, como um comandante com seu exército. Fica claro, portanto, que o sábio pode ordenar tanto sistematizando as causas e essências da realidade, quanto ordenar aqueles que lhe cabem a instrução. O sábio possui, em vista disso, uma função tanto contemplativa quanto pedagógica.

Para Tomás de Aquino, o sábio não apenas comanda, ele ordena “retamente as coisas e as governa bem” (C. G., I, cap. 1). Para que isso seja possível, o sábio deve considerar o fim daquilo que ele dirige, pois o fim é o bem de cada coisa. A razão disso é demonstrada quando Tomás de Aquino discute se todo agente age em razão de um bem: “O fim está naquilo em que descansa o apetite do agente ou movente, e daquilo que é movido. Ora, pertence à razão de bem que termine o apetite, pois *o bem é aquilo que todas as coisas desejam*. Logo, toda ação e movimento são por causa do bem” (C. G., III, cap. 3). A partir da consideração do fim, o sábio tirará dele a regra para o bom ordenamento dos subalternos ou dos meios para a aquisição do fim almejado: “Mas, todos aqueles que ordenam a um fim, é preciso que tomem do mesmo fim a regra da ordem e do governo, porque, nesse caso, cada coisa estará otimamente disposta quando se ordenar convenientemente a seu fim; porque o fim é o bem de cada coisa” (C. G., I, cap. 1). É a tese de que o fim é a medida dos meios, como mostra Tiago Sinibaldi, tomista do séc. XIX: “Devendo haver proporção entre o fim e os meios, o próprio fim deve ser o critério, que regule a escolha e o uso dos meios” (SINIBALDI, 2021, p. 297). Portanto, o sábio, para bem ordenar, deve considerar o fim.

Podemos enxergar claramente a atuação do superior que ordena os subalternos para o bem deles no exemplo das artes arquitetônicas dado pelo próprio Aquinate. As artes arquitetônicas são aquelas que, pelo fato de o fim pertencer a elas, possuem um primado sobre outras artes que se tornam, assim, subalternas:

Vemos isso nas artes: aquela a quem cabe o fim é a governadora como que a principal das outras: como a medicina que preside e ordena a farmácia, porque a saúde, que é o objeto da medicina, é o fim de todos os remédios que são produzidos pelas farmácias. Do mesmo modo acontece com a arte de navegar em relação à indústria naval; e com a arte militar em relação à arte equestre e aos instrumentos bélicos. As artes que presidem as outras se chamam arquetônicas ou arte principais. Por isso seus artífices. Chamados arquitetos, reivindicam para si o nome de sábios. (C. G., I, cap. 1).

O princípio segundo o qual as artes subalternas seguem aquela arte que possui o primado chama-se princípio da subordinação dos agentes e dos fins, e é bem explicado por Réginald Garrigou-Lagrange, em seu livro *Le réalisme du prince de finalité*⁷:

El orden de los agentes corresponde al orden de los fines; es un corolario del principio: todo agente obra por un fin proporcionado. Así, la acción del soldado es subordinada al jefe de la cohorte, y la de éste al jefe del ejército, como el fin particular del primero a los fines que pretenden sus superiores. (LAGRANGE, 1949, p. 102).

Os sábios de determinada arte arquetônica possuem como fim o mesmo de alguma arte mais particular, e por conhecerem a causa final de sua arte (como a saúde na medicina), podem e devem ordenar essas artes particulares que encontram a realização do seu fim particular ao seguir a sabedoria (conhecimento da causa final última da arte) do sábio. Diante de todo o exposto, ficou claro que o sábio, ao possuir como função ordenar, para bem realizar sua tarefa deve considerar seu fim.

2 Ao sábio simplesmente pertence considerar o fim do universo

Logo após afirmar que os artífices das artes arquetônicas ou principais reivindicam para si o nome de sábios, pois ordenam as artes subalternas ou secundárias, Tomás de Aquino nos dá uma ressalva importante para o desenvolvimento de seu argumento: “Como, porém, estes artífices que tratam dos fins de certas coisas particulares não alcançam o fim universal de todas as coisas, chamam-se, na verdade, sábios desta ou daquela coisa” (C. G., I, cap. 1).

De fato, as diversas artes dizem respeito a um fim particular e determinado e não conseguem alcançar o fim de todas as coisas. Apenas aquele que, considerando

⁷ Utilizamos uma tradução castelhana.

as causas mais elevadas de todas as coisas, sabendo assim ordená-las para o seu fim ou bem último, poderá possuir o nome de sábio de maneira própria. Por isso, Aristóteles faz a seguinte consideração sobre o sábio e sua ciência: “a mais elevada das ciências, a que mais autoridade tem sobre as dependentes é a que conhece o fim para o qual é feita cada coisa; e o fim em todas as coisas é o bem e, de modo geral, em toda a natureza o fim é o sumo bem” (Met. I, 2, 982b). Tomás de Aquino, comentando esse trecho da *Metafísica*, dirá:

A ciência que é principal em relação às outras, como a arquitetônica em relação à servil ou subalterna, considera a causa final, que é causa das ações dos singulares, como nos casos que acima destacamos. O capitão, a quem convém o uso do navio, que é o fim do navio, é como um arquiteto em relação ao fabricante, que lhe é subalterno. Ora, dita ciência considera ao máximo a causa final de tudo. Isso fica claro, porque aquilo que é causa do agir dos singulares é o bem de cada coisa, isto é, o bem particular. Ora, o fim é um bem em cada gênero. De fato, o que é o fim de todos, isto é, do próprio universo, é o que há de melhor em toda a natureza. E isso pertence à consideração da referida ciência. Portanto, a referida ciência é a principal, ou arquitetônica de todas as outras. (In I Metaph., lect.II, n. 15).

Para o Aquinate, entre as virtudes intelectuais, virtudes estas que possuem como fim fazer com que o intelecto considere a verdade⁸, há a chamada virtude da sabedoria. A sabedoria é “a virtude que considera as causas mais elevadas, analisa e organiza todas as coisas, remontando às causas primeiras, dentro de um juízo mais perfeito e universal” (VEIGA, 2017, p. 206). Mas quais são essas causas consideradas pelo sábio? O fim do universo: “Ele (Tomás de Aquino) diz que são as mais universais e chega a chamá-las de causa final, de modo que se ordenaria ao fim último e mais principal [...] um fim pelo qual toda a ordem do universo está ordenada” (VEIGA, 2017, p. 207, parênteses nosso).

Por causa disso, dirá Tomás de Aquino: “Assim, o nome de sábio reserva-se simples e unicamente para aqueles cuja consideração versa sobre o fim do universo, que também é princípio de tudo que o compõe. Daí as palavras do Filósofo: é próprio do sábio considerar as causas mais altas” (C. G., I, cap. 1). Portanto, o sábio deve considerar não só o fim de algo em particular, mas o fim universal de todas as coisas.

⁸ S. Th., I-IIae, q. 57, a. 1.

3 À sabedoria simplesmente pertence deter-se principalmente acerca da consideração da verdade

Após essas considerações, o Aquinate passa a discorrer sobre o fim último do universo. A sua primeira consideração é o que faz com que cada coisa tenha um fim: “O fim último de cada coisa é aquele que o seu primeiro autor ou motor tem em vista” (C. G., I, cap. 1). Isso é perfeitamente conciliável com a teoria aristotélica da causa final. Toda ação ou operação de um agente (causa eficiente) deve ser em vista de um fim (causa final): “Todo agente ou age por natureza, ou por intelecto. Ora, dos agentes pelo intelecto não há dúvida que agem em razão do fim, pois agem preconcebendo no intelecto aquilo que conseguem pela ação, e agem por tal pré-concepção, e isso é agir por intelecto” (C. G., III, cap. 2). Logo, a causa final, segundo a clássica expressão, apesar de ser a última no ser, é a primeira na intenção dos agentes intelectuais:

No entanto, deve-se saber que, ainda que o fim seja último no ser, em certas coisas, na causalidade, porém, sempre é anterior. Por isso, diz-se causa das causas, porque é causa da causalidade em todas as causas. Com efeito, é a causa da causalidade eficiente, como já foi dito. (In V Meth., lect. III, n. 6).

Por isso, toda ação ou operação de um agente intelectual (causa eficiente) deve ser em vista de um fim (causa final):

É necessário que todo agente aja em vista do fim, pois das causas ordenadas entre si, se a primeira for supressa, sê-lo-ão também as outras. A primeira de todas as causas é a causa final. A razão disso é que a matéria não segue a forma senão movida pelo agente, pois nada passa por si mesmo de potência a ato. Ademais, o agente não move senão pela intenção do fim. Se, pois o agente não fosse determinado para um efeito, não faria isso em vez daquilo. Portanto, para que produza um efeito determinado, é necessário que esteja determinado a algo certo que tenha a razão de fim. Esta determinação, como na natureza racional faz-se pelo apetite racional, que se chama vontade; nas outras faz-se pela inclinação natural que se chama apetite natural. (S. Th., I-II, q. 1, a. 2).

Podemos nos perguntar se o primeiro motor é um agente intelectual ou natural. Tomás de Aquino, ao tratar do primeiro motor, dirá: “Ora, o primeiro autor e motor do universo é o intelecto, como adiante se mostrará” (C. G., I, cap. 1). Com “adiante se mostrará”, ele indica o capítulo 44 da *Suma Contra os Gentios*: “*Quod Deus est intelligens*”. Nesse ponto da obra, ele pressupõe, como já demonstrado em capítulo

anterior, o fato de que deve haver um primeiro motor, que ele chama de Deus: “Foi demonstrado que nos motores e movidos não é possível proceder ao infinito, mas que todas as coisas móveis devem reduzir-se, como é provável, a um primeiro motor que move a si mesmo” (C. G., I, cap. 44)⁹. Ele demonstra, então, que esse Primeiro Motor deve ser inteligente:

Tudo que tende a um fim de maneira determinada, ou estabelece para si mesmo esse fim, ou o fim lhe é estabelecido por outro; de outro modo não tenderia mais para tal fim do que para o outro. Ora, as coisas naturais tendem para fins determinados; não é por acaso que conseguem as utilidades naturais; e assim não existiriam sempre ou quase sempre, mas raramente; e isto é o azar. Portanto, uma vez que elas não estabelecem o fim para si, porque não conhecem a razão do fim, é necessário que o fim lhes seja estabelecido por outro, que é o autor da natureza. Este é quem dá o existir a todos e quem existe necessariamente por si mesmo, a quem chamamos Deus, como está claro pelo que foi dito. Ora, não poderia estabelecer um fim para a natureza, a não ser que entendesse. Logo, Deus é inteligente (C. G., I, cap. 44).

Se o primeiro motor do universo é um intelecto, o fim do universo, então, deve ser aquele que o primeiro motor intencionou ao movê-lo, visto que o primeiro na intenção é o último na operação. Ora, o fim do agente e o bem identificam-se, como diz Tomás de Aquino: “O fim está naquilo em que descansa o apetite do agente ou movente, e daquilo que é movido. Ora, pertence à razão de bem que termine o apetite, pois o bem é aquilo que todas as coisas desejam. Logo, toda ação e movimento são por causa do bem” (C. G., III, cap. 3). O fim do universo, portanto, deve ser o bem do intelecto que o ordenou: “O fim último do universo deve ser, pois, o bem do intelecto” (C. G., I, cap. 1). Este bem “é a verdade” (C. G., I, cap. 1). Para Tomás de Aquino, é muito claro que o bem do intelecto deve ser a verdade. Tal pensamento nos é demonstrado no *De Veritate*, questão 1, artigo 10: “Segundo o Filósofo em VI Ethicorum, o próprio verdadeiro é o bem do intelecto: segundo isso, pois, a operação do intelecto é perfeita enquanto a sua concepção for verdadeira”.

⁹ “Ora, é evidente pelos sentidos que alguma coisa se move, por exemplo o sol. Portanto, é movido por outro motor. – Ora, ou este motor se move ou não. Se não se move, temos o que propusemos, que é necessário afirmar um motor imóvel. E a esse chamamos Deus. – Se, pelo contrário, é movido, é movido por outro motor. Neste caso, ou se há de proceder ao infinito, ou se há de chegar a um motor imóvel. Ora, é impossível proceder ao infinito. Logo, é necessário afirmar um primeiro motor imóvel” (C. G., I, cap. 13). Conferir o capítulo para ler a demonstração completa.

Diante de toda a demonstração fica claro, portanto, que “a verdade deve ser o fim último de todo o universo”, e “a sabedoria”, à qual compete a contemplação do fim do universo, “deve empregar-se sobretudo na sua consideração” (C. G., I, cap. 1).

4 À sabedoria pertence considerar a verdade primeira

Para Tomás de Aquino, na esteira de Aristóteles, essa verdade que o sábio deve considerar não pode ser qualquer verdade: “E o Filósofo precisa que a Filosofia Primeira é ciência da verdade, e não de qualquer verdade, senão daquela verdade que é origem de toda verdade, a saber, ela pertence ao primeiro princípio do ser para todas as coisas” (C. G., I, cap. 1). Assim diz Aristóteles:

E também é justo chamar a filosofia de ciência da verdade, porque o fim da ciência teórica é a verdade, enquanto o fim da prática é a ação. [...] Ora, não conhecemos a verdade sem conhecer a causa. Mas qualquer coisa que possua em grau eminente a natureza que lhe é própria constitui a causa pela qual aquela natureza será atribuída a outras coisas: por exemplo, o fogo é o quente em grau máximo, porque ele é causa do calor nas outras coisas. Portanto o que é causa do ser verdadeiro das coisas que dele derivam deve ser verdadeira mais que todos os outros. Assim é necessário que as causas dos seres eternos sejam mais verdadeiras do que todas as outras: com efeito, elas não são verdadeiras apenas algumas vezes, e não existe uma causa ulterior do seu ser, mas elas são as causas do ser das outras coisas. Por conseguinte, cada coisa possui tanto de verdade quanto possui de ser (Met. II, 1, 993b).

Como o sábio deve ter a ciência da verdade, e a ciência é o conhecer pelas causas¹⁰, ele deve considerar a verdade primeira, que é o princípio e a causa de toda verdade que existe; por isso, é causa e princípio de todo ser, visto que “cada coisa possui tanto de verdade quanto possui de ser” (C. G., I, cap. 1). O verdadeiro como transcendental, ou seja, como um termo que se converte com a noção de ser, é tratado por Tomás de Aquino na *Suma Teológica*:

Assim como o bem tem a razão de ser atrativo, assim o verdadeiro está ordenado ao conhecimento. Ora, na medida em que uma coisa participa do ser, nessa mesma medida ela é cognoscível. Por essa razão se diz no tratado Sobre a alma: “A alma é, de certo modo, tudo”, segundo o sentido e segundo o intelecto. Daí resulta que assim como o bem é convertível ao ente, assim o é o verdadeiro (S. Th., I, q. 16, a. 3).

¹⁰ Cf. Met. I, 1, 981a28.

Portanto, o sábio, ao considerar o fim do universo, encontra sua identificação com a verdade, visto que é o bem-intencionado pela Inteligência que tudo causa, e porque todo ente possui tanto de verdade quanto de ser, e sendo esse ser causado pelo Primeiro Motor, que é Deus, deve ser essa Inteligência a Primeira Verdade e aquela que principalmente o sábio deve considerar, refletir e conhecer:

Se, porém, falamos da verdade enquanto está nas coisas, então todas as coisas são verdadeiras em razão de uma única e primeira verdade, a que cada uma é assemelhada segundo seu modo de ser. Conclui-se, assim, que embora existem muitas essências ou formas das coisas, no entanto, a verdade do intelecto divino é única, e por ela todas as são denominadas verdadeiras (S. Th., I, q. 16, a. 6).

A Primeira Inteligência é, assim, a causa de todo ser e, portanto, de toda verdade, e a verdade principal que o sábio considera.

5 À sabedoria pertence combater a falsidade contrária à verdade do primeiro princípio

Por fim, seguindo os princípios que fundamentam a noção de sábio, Tomás conclui que o sábio deve não só considerar e expor a verdade, mas também combater aquilo que é considerado falso:

Por outro lado, cabe a um mesmo sujeito aceitar um dos contrários e recusar o outro; como sucede com a medicina, que recupera a saúde e combate a enfermidade. Assim, pois, como é próprio do sábio contemplar sobretudo a verdade do primeiro princípio e discorrer sobre as outras verdades, assim também lhe cabe contestar a falsidade contrária (C. G., I, cap. 1).

O falso no julgamento humano é uma inadequação entre o intelecto e a coisa¹¹, ou seja, o contrário da noção de verdade: “Por essa razão, o intelecto não se engana quanto à essência da coisa, assim como o sentido em relação aos sensíveis próprios. Mas quando compõe ou divide, pode-se enganar atribuindo à coisa de que conhece a essência algo que dela não se segue, ou mesmo que lhe é oposto” (S. Th., I, q. 17, a. 3). Compor e dividir é outro nome para o juízo, segundo afirma ou nega o predicado ao sujeito. É no juízo que ocorre a verdade ou a falsidade em seu sentido próprio. Quando o juízo não é uma adequação com a coisa, então há o falso.

¹¹ Cf. De Veritate, q. 1, a. 10.

A quais princípios devemos recorrer em Tomás de Aquino para justificar sua tese de que o sábio deve não só ensinar o verdadeiro, mas também reprová-lo? Apesar do senso comum não encontrar dificuldades em concordar com o frade dominicano, retornemos para o que foi dito no início do artigo: “é próprio do sábio o ordenar” (C. G., I, cap. 1). A ordenação exige a consideração do fim, pois o fim é o bem tanto para o sábio quanto para aqueles a quem lhe compete ordenar, como foi exposto mais acima. Ora, segundo Tomás de Aquino, “todas aquelas coisas que devem ser feitas ou evitadas pertencem aos preceitos da lei de natureza, que a razão prática naturalmente apreende ser bens humanos” (S. Th., I-II, q. 94, a. 2), e como já foi dito, para o Aquinate a verdade é o bem do intelecto¹². Logo, o falso e o erro devem ser evitados e, visto que compete ao sábio ordenar os subalternos ao seu bem, cabe a ele expor o erro para que os demais sigam o fim adequado para si.

Assim, fica claro primeiramente o que é o falso em Tomás de Aquino e por que o sábio deve reprová-lo aos outros, a partir dos princípios já estabelecidos anteriormente, como a noção de que o sábio deve ordenar os demais ao fim, que o fim é o bem da natureza daqueles que o procuram e que, sendo a Inteligência Ordenadora o princípio da disposição de todas as coisas, o bem que o sábio deve guiar os demais será a verdade, visto que é o fim e bem de todas as coisas, já que é o bem e fim do Intelecto Ordenador. O contrário da verdade é o falso, de onde fica evidente o motivo de reprová-lo.

Considerações Finais

No presente artigo desenvolvemos a proposta de pesquisar e expor os princípios que fundamentam o primeiro capítulo da *Suma Contra os Gentios* de Tomás de Aquino, que trata da função do sábio. Para isso, inicialmente expomos o que Tomás de Aquino entende por sábio, considerando-o como aquele a quem cabe o ordenamento, porque ele bem ordena as coisas, ou seja, dispõe as partes para um fim único e bom. Ele ordena bem as coisas pois conhece profundamente a realidade e, assim, pode ensinar aos outros como bem proceder. No entanto, não é possível ordenar retamente os demais ao seu bem se o sábio não conhecer o fim de todas as

¹² Cf. *Ibidem*.

coisas, visto que o fim se identifica com o bem. O fim de todas as coisas, visto que o sábio não possui a sabedoria dessa ou daquela arte em particular, se refere ao conhecimento das causas universais. Portanto, cabe ao sábio a consideração do fim de todas as coisas.

Considerar o fim de todas as coisas não é senão considerar o bem-intencionado pelo primeiro motor do universo, porque todo agente age em vista de um fim, e o fim identifica-se com o bem. Ora, o primeiro motor que ordenou as coisas para o seu fim deve ser um intelecto, uma vez que só um intelecto é capaz de intencionar algo a partir de sua concepção. Então, o fim do universo é a verdade que é o bem de todo e qualquer intelecto. Assim, o sábio deve considerar a verdade, no entanto, não qualquer uma, mas principalmente a primeira verdade, que é origem de todas as outras. Sendo a verdade identificada com o ser, a verdade primeira deve ser aquela que é origem de todos os seres: Deus. E, na sua consideração, o sábio deve principalmente se deter ao fim que Deus intencionou: cabe a ele ordenar os demais. Para que esse ordenamento seja eficaz não basta que o sábio considere e afirme a verdade, mas também que ensine o que é o falso, para que se o evite. Sendo o bem da natureza racional humana o fim de todos os homens, o falso não será a não ser impedimento e obstáculo para o bem.

Desta maneira, nos utilizando de princípios que estavam implícitos no primeiro capítulo da *Suma Contra os Gentios*, mas explícitos em citações diversas de outras obras do Aquinate, foi possível expor o que é o sábio e qual a sua função segundo o pensamento de Tomás de Aquino.

Referências

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Texto grego com tradução ao lado. Volume 2. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ARISTÓTELES. **Organon**. V. Tópicos. Volume 5. Tradução de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.

LAGRANGE, Réginald Garrigou. **El Realismo del Principio de Finalidad**. Tradução de R. P. Joaquín Ferrandis. Buenos Aires: Ediciones Desclée, 1949.

SINIBALDI, Dom Thiago. **Elementos de Filosofia**. Volume 2: Ontologia e Cosmologia. Florianópolis: Editora Instituto Santo Agostinho, 2021.

SYLVESTRIS, Francisci de. **Commentaria in libros quatuor Contra gentiles S. Thomae de Aquino. Vol 1.** Romae: sumptibus et typis Orphanotrophii a. S. Hieronymo Aemiliani, 1897. 4 v.

TOMÁS DE AQUINO. **Comentário à Ética a Nicômaco de Aristóteles (I-III): O Bem e as virtudes.** Volume 1. Tradução de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. Rio de Janeiro: Mutuus, 2015.

TOMÁS DE AQUINO. **Comentário à Metafísica de Aristóteles I-IV.** Volume 1. Tradução de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. Campinas: CEDET, 2016.

TOMÁS DE AQUINO. **Comentário à Metafísica de Aristóteles V-VIII.** Volume 2. Tradução de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. Campinas: CEDET, 2017.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Contra os Gentios: I.** Tradução de Joaquim F. Pereira e Eliane da Costa Nunes Brito. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Contra os Gentios: III.** Tradução de Maurílio José de Oliveira Camello. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

TOMÁS DE AQUINO. **Verdade e conhecimento.** Tradução, estudos introdutórios e notas de Luiz Jean Lauand e Mario Bruno Sproviero. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VEIGA, Bernardo. **A ética das virtudes segundo Tomás de Aquino.** Campinas: Ecclesiae, 2017.

Artigo recebido em: 30/10/2021.
Artigo aprovado em: 10/12/2021.